

ANEXO I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017
Processo nº 23205.000597/2017-48

1. DO OBJETO

1.1 Selecionar propostas visando a contratação, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada na prestação de serviços de solução logística de manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos que compõe a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul, incluindo-se na solução o fornecimento de pneus e a prestação de serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Pneu Veículo Automotivo /Pneu para veículo automotivo Nissan Livina 1.6 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 185/70 R14 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	24	R\$ 235,38	R\$ 5.649,12
2	Pneu Veículo Automotivo /Pneu para veículo automotivo Ford Ka 1.0 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 165/70 R13 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	12	R\$ 154,45	R\$ 1.853,40
3	Pneu Veículo Automotivo /Pneu para veículo automotivo VW Gol 1.0 , material carcaça	Unid.	06	R\$ 246,00	R\$ 1.476,00

	lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 175/70 R14 , novo (não remoldado), instalado.				
4	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Renault Sandero 1.0 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais: sem câmara, dimensões 185/65 R15 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	06	R\$ 303,00	R\$ 1.818,00
5	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo VW Spacefox 1.6 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais: sem câmara, dimensões 195/55 R15 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	06	R\$ 304,33	R\$ 1.825,98
6	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Nissan Sentra 2.0 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, dimensões 205/55 R16 , modelo radial, novo (não remoldado), instalado.	Unid.	06	R\$ 298,55	R\$ 1.789,50
7	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Renault Kangoo Express 1.6 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, dimensões 165/70 R14 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	06	R\$ 244,67	R\$ 1.468,02
8	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Nissan Frontier , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, dimensões 255/70 R16 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	06	R\$ 512,38	R\$ 3.074,28
9	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Ford Ranger , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço,	Unid.	06	R\$ 493,60	R\$ 2.961,60

	material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, dimensões 235/75 R15 , novo (não remoldado), instalado.				
10	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo GM S10 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais: sem câmara, dimensões 235/70 R16 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	48	R\$ 510,20	R\$ 24.489,60
11	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Peugeot Boxer , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais: sem câmara, dimensões 205/75 R16 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	6	R\$ 432,20	R\$ 2.593,20
12	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Mercedes Benz Sprinter , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 195/70 R 15 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	36	R\$ 445,98	R\$ 16.055,28
13	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Ford Cargo 712 , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, 215/75 R 17.5 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	10	R\$ 635,40	R\$ 6.354,00
14	Pneu Agrícola /Pneu agrícola para trator New Holland TL 75, material carcaça lona poliéster, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça diagonal, dimensões 12.4 - 24, dianteiro, R1 – Garra normal, tipo convencional sem câmara, novo (não remoldado), instalado.	Unid.	08	R\$ 1.160,50	R\$ 9.284,00
15	Pneu Agrícola /Pneu agrícola para trator New Holland TL 75, material carcaça lona poliéster, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura	Unid	08	R\$ 2.601,25	R\$ 20.810,00

	borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça diagonal, dimensões 18.4 - 30, traseiro, R1 – Garra normal, tipo sem câmara, novo (não remoldado), instalado.				
16	Pneu Agrícola /Pneu para carreta agrícola metálica com capacidade de 6 (seis) toneladas, material carcaça lona poliéster, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça diagonal, dimensões 7.50 x 16 , tipo sem câmara, novo (não remoldado), instalado.	Unid	08	R\$ 501,00	R\$ 4.008,00
17	Válvula Pneumática: Ventil para pneu sem câmara, instalado	Unid	24	R\$ 10,93	R\$ 262,32
18	Balanceamento: automóvel	Serviço	40	R\$ 14,02	R\$ 560,80
19	Balanceamento: caminhão/caminhonete/vans	Serviço	160	R\$ 19,19	R\$ 3.070,40
20	Alinhamento/geometria: automóvel	Serviço	20	R\$ 58,89	R\$ 1.177,80
21	Alinhamento/geometria: caminhão/caminhonete/vans	Serviço	50	R\$ 69,78	R\$ 3.489,00
22	Conserto de Roda de Aço (amassada)	Serviço	10	R\$ 48,31	R\$ 483,10
23	Conserto de Roda de Liga leve (amassada)	Serviço	26	R\$ 53,33	R\$ 1.386,58
24	Reparo de Pneu/Câmara de Ar: serviço de reparo com remendo de pneu furado.	Serviço	20	R\$ 27,33	R\$ 546,60
25	Pneu Veículo Automotivo /Pneu veículo automotivo Volkswagen Amarok , material carcaça lona poliéster, material talão arame aço, material banda rodagem borracha alta resistência, material flancos mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura carcaça radial, características adicionais sem câmara, dimensões 245/70 R 16 , novo (não remoldado), instalado.	Unid.	12	R\$ 612,00	R\$ 7.344,00
TOTAL GERAL DO GRUPO					R\$ 123.830,58*

* as quantidades foram estimadas para um período de 30(trinta) meses.

1.2. Especificações do objeto

1.2.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante, e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos, claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma contratação com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.2.2. A empresa vencedora do certame deve ter a ciência de que a contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, se dará na medida exata em que surgirem as demandas, sendo que as quantidades estimadas forma previstas para suprir um período de 30 (trinta) meses.

1.2.3 A Contratada deve ter a ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços de manutenção do Sistema de Rodagem de veículos que compõem a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul.

1.3. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.3.1. Da Pesquisa de Preços:

1.3.1.1. A pesquisa de preços dos serviços objeto deste Termo de Referência, foi realizada pelo requisitante e o responsável pela Pesquisa declara que foram atendidos os requisitos e parâmetro da Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.3.2. Dos Valores:

1.3.2.1. Os valores utilizados como referencial de preço máximo nesta licitação, foram definidos pelo requisitante aplicando-se a média dos preços por ele pesquisados para cada item deste processo licitatório.

1.3.2.2. O valor total estimado pelo requisitante para a contratação dos itens que compõem este Termo de Referência é de R\$ 123.830,58 (cento e vinte e três mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos), distribuído da seguinte forma:

Grupo	Descrição	Itens	Total estimado R\$
01	Manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos que compõem a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul, incluindo-se na solução o fornecimento de pneus e a prestação de serviços.	01 a 25	R\$ 123.830,58
Total:			R\$ 123.830,58

1.4. Da Garantia

1.4.1. Para os pneus novos, a contratada deverá fornecer garantia de no mínimo 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, contado(s) da data efetiva de entrega/instalação do produto.

1.4.1.1. Para comprovação da garantia constante no subitem anterior, a licitante vencedora deverá apresentar Certificado de Garantia do Fabricante ou documento similar.

1.4.2 Para os serviços de balanceamento, alinhamento/geometria, a contratada deverá fornecer garantia de 03 (três) meses, exceto em casos onde for constatado que o veículo teve uma utilização em rodovias acidentadas ou má utilização do condutor. O referido prazo será contado da data do ateste da realização do serviço.

1.4.3. Para o conserto de pneus (remendo), a contratada deverá fornecer garantia de no mínimo 1 (um) ano contado(s) da data efetiva de entrega/instalação.

1.4.4 Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.4.5. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos equipamentos e/ou componentes substituídos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.5 Dos Critérios de Sustentabilidade

1.5.1 Para os serviços que envolvem trocas e reparos de pneus e câmaras pneumáticas, desse Termo de Referência, fica a Contratada obrigada a providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

1.5.1.1. Ao realizar a troca de um pneu usado por um novo ou reformado, o estabelecimento de comercialização de pneus também é obrigado a receber e armazenar o produto usado entregue pelo consumidor, sem ônus.

1.5.2. Para os **itens 1 ao 17 e 25**, cuja atividade de fabricação/industrialização e comércio é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, ou ainda, que possua as devidas Licenças Ambientais em nível Estadual e/ou Municipal, para a referida atividade de fabricação.

1.5.2.1. Cadastro Técnico Federal para comércio/importação de pneus, ou conforme o caso, Cadastro Técnico Federal para fabricação de pneumáticos.

1.5.2.2. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei, conforme modelo disponível no **Encarte “C”**.

1.5.3 Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666 de 1993, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

1.5.4 O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As justificativas e objetivo para a contratação dos serviços deste Termo de Referência foram apresentadas pelo requisitante do objeto:

2.1. Da Justificativa do objeto

2.1.1. A contratação dos serviços deste Termo de Referência justifica-se em razão de:

i) A contratação de solução logística de manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos, com o fornecimento de pneus e a prestação de serviços, tem por objetivo o atendimento das demandas institucionais existentes, ocasionadas pela necessidade de substituição dos pneus desgastados.

ii) entende-se que a contratação desta solução, como a mais adequada para o atendimento das necessidades específicas da UFFS, uma vez que a mesma não possui condições logísticas, técnicas, estruturais e operacionais para aquisição, estocagem e instalação de pneus, assim como, para a realização dos serviços de balanceamento, alinhamento/geometria, consertos e reparos de pneus e consertos e reparos de rodas geometria e substituição de válvula, capaz de fazer frente a constante necessidade de utilização dos veículos oficiais.

iii) nesse sentido temos que entender que a solução escolhida é resultado da experiência e dos estudos realizados pelo Departamento de Transportes e Logística da UFFS, que convergem para uma solução, que busca diminuir o tempo de indisponibilidade dos veículos, trazendo assim economia de recursos orçamentários, tendo em vista a locação de veículos e o aumento da eficiência do processo de gestão e manutenção da frota de veículos pertencentes à Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

iv) A UFFS possui Campus nos municípios de Chapecó/SC, Erechim/RS, Cerro Largo/RS, Passo Fundo/RS, Realeza/PR e Laranjeiras do Sul/PR nos quais estão distribuídos os veículos que compõe a frota da Instituição.

v) diariamente os veículos dos Campi deslocam-se para o município de Chapecó/SC, assim, torna-se vantajoso e mais econômico para Administração que os serviços sejam prestados no município sede, visto que deste modo, é possível a otimização do uso da frota, utilizando o período em que os veículos estiverem na cidade para efetuar a manutenção do sistema de rodagem, gerando assim economia de escala.

vi) outro fato que corrobora a necessidade dos serviços serem realizados no campus Sede, ou seja, Chapecó/SC é a eficiência administrativa que se obtém na racionalização do uso do telefone para agendamento dos serviços e a eficiência que se agrega à fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, melhorando assim, a gestão e os controles implantados pelo Departamento de Transportes e Logística da UFFS. Conclui-se que adotando esta metodologia de contratação, a Administração atenderá ao interesse público, e, por conseguinte atendendo da melhor forma possível os princípios da economicidade e eficiência administrativa.

vii) As quantidades estimadas foram quantificadas com base no histórico de utilização dos serviços de solução logística de manutenção do Sistema de Rodagem.

2.2. Da formação de grupo

2.2.1. Os itens deste certame foram agrupados em um único lote. A reunião dos itens em um mesmo grupo visa principalmente o ganho em economia de escala e a eficiência da gestão do contrato por parte da Administração Pública, em razão de que apenas uma empresa será responsável pela realização de todas as trocas de pneus e demais serviços. A solução adotada não restringe a competitividade em razão da existência de que várias empresas que prestam os serviços objeto do presente processo no município de Chapecó/SC.

2.2.2. Do contrário, ou seja, a aquisição dos itens e a contratação dos serviços de forma isolada tende a causar prejuízo ao erário público, pois juntamente a esses itens temos que atrelar os custos de estocagem (local, vigilância e logística), de pessoal para gestão e sincronia entre a entrega e substituição dos pneus (pegar o pneu no almoxarifado e levá-lo ao prestador de serviço) e a realização dos serviços (marcar horário para execução dos serviços). Por estas razões é que justifica-se a necessidade de realizar a adjudicação do certame em um único Grupo, que reúne fornecimento de materiais e a prestação dos serviços.

2.2.3. A necessidade de agrupar vai ao encontro do contido no Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara/Acórdão 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013, “É lícito o agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.”

2.3. Da limitação da distância máxima de localização da Contratada.

2.3.1. Para os itens deste Pregão, o requisitante estabeleceu que a Contratada deverá estar localizada (matriz/filial) na sede da Cidade de Chapecó-SC, situação está que deverá ser comprovada quando da assinatura do contrato, conforme previsto no **item 10.16.** deste Termo.

3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O objeto deste Termo de Referência se enquadra como serviço comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a

Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4 DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante Nota de Empenho/Ordem de Serviço, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa.

4.1.1 Após notificação, a Contratada deverá agendar e realizar o atendimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço.

4.1.1.1. A Contratada terá prazo de 04 (quatro) horas para a conclusão dos serviços e a entrega do veículo. Este prazo será contado a partir do horário agendado pela Contratada, conforme item anterior.

4.1.2 A Contratada, por ocasião da prestação serviço de fornecimento e instalação de pneus, deverá comprovar na Nota Fiscal, que os pneus apresentados possuem no máximo 12 (doze) meses de fabricação.

4.1.3 a comprovação a que alude o subitem anterior, deverá ser feita por meio de relação que acompanhará a Nota Fiscal dos produtos entregues, contendo os seguintes dados:

- Marca do pneu;
- Especificação das medidas de cada pneu;
- Apresentação do código DOT de cada pneu;
- Semana e ano de fabricação de cada pneu;
- Data da entrega, assinatura do representante legal e carimbo CNPJ da licitante vencedora.

4.1.3.1. Não serão aceitos pneus recauchutados, remanufaturados, reciclados, reformados, recondicionados, recapados, ou outros quaisquer de natureza semelhante.

4.1.3.2. Somente serão aceitos pneus fabricados com matéria-prima de primeiro uso.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. O quantitativo foi estimado pelo requisitante dos serviços, com base no histórico de utilização e sua previsão contempla o período de 30(trinta) meses.

6 .METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1 A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Atendimento integral das exigências do Edital;
- b) Qualidade dos serviços prestados;

c) Pontualidade na execução dos serviços.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades adequadas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.2. Os equipamentos, ferramentas e instrumentos utilizados deverão ser adequados, necessários e suficientes à boa execução dos serviços sob sua responsabilidade, os quais deverão oferecer o máximo de segurança no que se refere à prevenção de acidentes e de danos que possam ocasionar à UFFS ou a terceiros.

7.3. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e inclusive de Segurança e Medicina do Trabalho, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda, utilizando sinalização de advertência para o equipamento em manutenção e utilizar equipamentos e ferramentas apropriadas, visando maior segurança aos envolvidos e maior vida útil dos equipamentos.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Nota de Empenho, de acordo com os prazos estabelecidos no **item 4** deste Termo.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente logo após a execução dos mesmos no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo de penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.4.** Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 9.5.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.6.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

- 10.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.8.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.9.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.10.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.11.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.16.** Como condição para assinatura do Contrato, a Licitante deverá comprovar que possui matriz/filial na sede do Município de Chapecó/SC, onde será prestado o serviço.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses contados da data de sua assinatura, e deverá obedecer o disposto no caput do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993. De acordo com o inciso II do artigo 57 da referida lei, o contrato poderá ser prorrogado, no interesse da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses,

considerando a essencialidade do serviço, visto que a inexistência destes serviços pode ocasionar comprometimento ao bom andamento das atividades da Instituição. Neste sentido, faz-se importante transcrever os ensinamentos de Marçal Justen Filho acerca dos serviços caracterizados como de natureza continuada, *in verbis*:

A identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o disposto abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. (grifo nosso)

Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com as atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). O que é fundamental é necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. P. 726)

14.2. Ademais, a necessidade da contratação em caráter contínuo encontra-se disposta na PORTARIA Nº 1.4787, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014, da SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *in verbis*:

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, contida no manual “Licitações e Contratos, Orientações Básicas” - 3ª Edição, para que o órgão ou entidade estabeleça em processo próprio quais são seus serviços contínuos; (...)

XXXVII - manutenção da frota de veículos do MEC;

14.3. Desta forma, entendimento desta Administração, o serviço objeto desta solicitação caracteriza-se como continuado, tendo em vista sua essencialidade para a manutenção contínua das atividades da Instituição portanto, passível de prorrogação conforme previsão legal estabelecida no Art. 57, II, da Lei 8.666/1993, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para Administração.

14.4. A execução do contrato inicia-se com a emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.4.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento com ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento de fase de lances.

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. não manter a proposta;

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes encartes:

16.1.1 ENCARTE A – Modelo para apresentação de proposta;

16.1.2 ENCARTE B – Modelo de Ordem de Serviço;

16.1.3 ENCARTE C – Modelo de Declaração de Isenção de Apresentação de Certificado Ambiental.

Chapecó/SC, 12 de Abril de 2017.

GRASIELA DYEVIESKI
Superintendência de Compras e Licitações

Eu **PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura /Ordenador de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando à contratação, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada na prestação de serviços de solução logística de manutenção do Sistema de Rodagem dos veículos que compõe a Frota da Universidade Federal da Fronteira Sul, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 12 de Abril de 2017.

PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura
Ordenador de Despesas

ENCARTE “A”
MODELO DE PROPOSTA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Responsável pela proposta:

RG:

CPF:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	Valor UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					TOTAL R\$

Data: ____/____/____

Assinatura/Carimbo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE “B”

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017

REQUISIÇÃO Nº	DEPARTAMENTO SOLICITANTE	DATA /HORA
		XX/XX/XXXX às 00:00 horas

NOME DO FISCAL	SIAPE	TELEFONE DE CONTATO
		XX/XX/XXXX às 00:00 horas

DADOS DO CONTRATO					
EMPRESA:		CNPJ:			
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:					
PRAZO DE EXECUÇÃO					
Data de início:		Data de término:			
SERVIÇOS/PRODUTOS EXIGIDOS					
Item	Descrição do serviço/produto	Data de Conclusão	Horas		
1.					
2.					
Total					

XXXXXXXX, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Nome do Usuário/Fiscal

Autorizador da prestação do serviço/(NOME/SIAPE)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE “C”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO AMBIENTAL
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do Pregão Eletrônico XX/201X da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de

....., de de 2017.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.